



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Relatório Contábil



3º Trimestre/2019

Brasília, DF.

RCPG-2019



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcos Montes Cordeiro

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Acompanhamento Contábil

José Calazans dos Santos

Débora Teles Moreira de Matos

Jaqueline Pereira de Faria Silva

Maurício Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

José Maria Magalhães Dias

Renata de Oliveira Pinheiro

Divisão de Tomada de Contas

Alan Rodrigues Pinheiro

Maria de Fátima Álvares Duarte

Paulo Alves de Santana Neto

Samya Carolina Soares Costa

Arte:

José Calazans dos Santos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Sumário

1) LISTA DE SIGLAS	4
2) CONTEXTO OPERACIONAL	7
3) DECLARAÇÃO DO CONTADOR	9
4.1) BALANÇO FINANCEIRO	12
4.2) BALANÇO PATRIMONIAL	13
4.3) DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	14
4.4) BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	15
4.5) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	18
4.6) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
5) NOTAS EXPLICATIVAS	20
5.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	20
5.2) RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	20
5.3) PRINCIPAIS MUDANÇAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	24
5.4) MUDANÇAS DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	24
6.1) NOTA Nº 001 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	31
<i>Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.</i>	<i>31</i>
<i>Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.</i>	<i>31</i>
6.2) NOTA Nº 002 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	33
<i>Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.</i>	<i>33</i>
<i>Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.</i>	<i>33</i>
<i>Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.</i>	<i>34</i>
6.3) NOTA Nº 003 - PROVISÕES	35
<i>Provisões a Curto Prazo</i>	<i>35</i>
<i>Provisões de Longo Prazo</i>	<i>35</i>
6.4) NOTA Nº 004 – IMOBILIZADO	37
<i>Bens Móveis</i>	<i>38</i>
<i>Bens Imóveis</i>	<i>39</i>
6.5) NOTA Nº 005 – INTANGÍVEL	43
<i>Tabela 01 – Intangível – Composição.</i>	<i>43</i>
<i>Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – até este Trimestre.</i>	<i>43</i>
<i>Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível</i>	<i>44</i>
6.6) NOTA Nº 006 – INVESTIMENTOS	45
<i>Tabela 01 – Investimentos – Composição.</i>	<i>45</i>
<i>Tabela 02 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes</i>	<i>45</i>
7. REFERÊNCIAS	48



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

1) Lista de Siglas

ADP	Agente de Desenvolvimento de Pessoas
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGRONET	Intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGROSTAT	Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro
AGU	Advocacia Geral da União
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BGP	Boletim de Gestão de Pessoas
BGU	Balanço Geral da União
BINAGRI/MAPA	Biblioteca Nacional de Agricultura
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CESA	Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGAP/MAPA	Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
CGAQ/MAPA	Coordenação-Geral de Aquisições
CGOEF/MAPA	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF/MAPA	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGLI/MAPA	Coordenação-Geral de Logística Institucional
CGRL/MAPA	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CGTI/MAPA	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria-Geral da União
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFCON	Sistema de Conformidade Contábil
COFIN/STN	Coordenação-Geral de Programação Financeira/STN
COSIS/STN	Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação/STN
CRC/DF	Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal
CTU	Conta Única do Tesouro Nacional
DA/MAPA	Departamento de Administração
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DARF	Documento de Arrecadação Federal
DGG/MAPA	Departamento de Governança e Gestão
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAGRO/MAPA	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
GF	Gestor Financeiro
GRU	Guia de Recolhimento da União
GPS	Guia da Previdência Social
IN	Imprensa Nacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
JCDF	Junta Comercial do Distrito Federal
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFDA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária
LFDA/GO	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Goiás
LFDA/MG	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Minas Gerais
LFDA/PA	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pará
LFDA/PE	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Pernambuco
LFDA/SP	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – São Paulo
LFDA/RS	Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – Rio Grande do Sul
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ME	Ministério da Economia
MEP	Método da Equivalência Patrimonial
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
RENASEM	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF/MAPA	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCRI/MAPA	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais
SDA/MAPA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SE/MAPA	Secretaria Executiva
SEAD/PR	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEAF/MAPA	Secretaria Especial de Assuntos Fundiários
SEAP/PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX/TCU	Secretaria de Controle Externo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SFB/MAPA	Serviço Florestal Brasileiro
SGI	Sistema de Gestão Integrada
SIAD	Sistema de Autorização de Deslocamento
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICAR	Sistema de Controle de Arrecadação
SIGMA	Sistema de Indicações Geográficas e Marcas
SISLEGIS	Sistema de Consulta a Legislação
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPUnet	Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
SUCON/STN	Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
TG	Tesouro Gerencial
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGR	Unidade Gestora Responsável
VIGIAGRO	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
VTN	Valor da Terra Nua



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

2) Contexto Operacional

(Por José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

O ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de uma secretaria especial, seis secretarias, um serviço, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas empresas vinculadas, uma autarquia vinculada e três entidades de economia mista, que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil:

Os Órgãos específicos singulares do Ministério são:

- a) Secretaria Especial de Assuntos Fundiários – SEAF;
- b) Secretaria de Política Agrícola – SPA;
- c) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- d) Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- e) Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF;
- f) Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação – SDI;
- g) Secretaria de Comércio e Relações Internacionais – SCRI; e
- h) Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Os Órgãos colegiados do Ministério são:

- a) Comitê Gestor Interministerial de Seguro Rural;
- b) Comissão Coordenadora de Criação do Cavalão Nacional;
- c) Comissão Especial de Recursos;
- d) Conselho Deliberativo da Política do Café;
- e) Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool;
- f) Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- g) Conselho Nacional de Política Agrícola;
- h) Comitê Gestor de Garantia-Safra;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- i) Comitê Gestor de Garantia da Agricultura Familiar.

As entidades Vinculadas – Autarquia do Ministério:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

As entidades Vinculadas – Empresa Pública são:

- a) Companhia Nacional de Abastecimento;
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

As entidades Vinculadas – Sociedade de Economia Mista são:

- a) Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A;
- b) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
- c) Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

3) Declaração do Contador

(Por: Alberto Jeronimo Pereira-CCONT e José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

O Contador Geral responsável pelo Mapa o qual está à frente da Coordenação de Contabilidade (CCONT) sob a gerência do Departamento de Administração (DA) considerando que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstrações das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MAPA, exceto no tocante as ressalvas apontadas na conformidade contábil do mês de dezembro.

Dentre outras as distorções mais relevantes em nível do Ministério são:

- a) No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, Conab e Embrapa, existem estas provisões e as demais;
- b) No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:
 - i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências (SFA) e nos Laboratórios (LFDA);
 - ii. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
 - iii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades;
 - iv. Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS está sendo utilizado somente pelo SFB, porém com alguns problemas ainda não resolvidos entre o SFB e a STN, quanto a transferência para as novas Unidades Gestoras.
- c) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deveriam ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados;
- d) O balanço patrimonial do MAPA apresenta o valor de R\$ 1.839 (um bilhão, oitocentos e trinta e nove milhões de reais) em Títulos da Dívida Agrária, composto no balanço do INCRA.
- e) O balanço patrimonial do MAPA apresenta os seguintes valores referente a Empréstimos e Financiamentos Concedidos:
 - CURTO PRAZO
R\$ 1.006,76 (um bilhão, seis milhões, setenta e seis mil reais), composto pelo INCRA e refere-se a empréstimos a beneficiários da Reforma Agrária e no Fundo de Terras refere-se à capitalização do Fundo de Terras e Reforma Agrária – FTRA e os rendimentos de aplicação financeira do BNDES. Tais empréstimos, principalmente no Órgão do Fundo de Terras, o qual é advindo da ex-SEAD/PR que foi transposta para o MAPA e será efetuada revisão nos procedimentos, haja vista a não contabilização dos juros por competência e nem as baixas da conta de empréstimos quando dos reembolsos.
 - LONGO PRAZO
R\$ 14.360 (quatorze bilhões, trezentos e sessenta milhões de reais), composto pelo INCRA, FUNCAFE e Fundo de Terras.
No INCRA refere-se a modalidade de empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária.
No FUNCAFE refere-se a Dação em Pagamentos com diversas instituições financeiras quanto aos financiamentos da cafeicultura.
No FUNDO DE TERRAS – refere-se aos financiamentos com o BNDES o qual tem a gestão financeira do FTRA e as atribuições de receber recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

f) A Coordenação de Contabilidade responsável por criar/inativar e excluir Unidades Gestoras efetuou o seguinte:

➔ Foram criadas as seguintes Unidades Gestoras:

130144 – SEAF/MAPA;
130145 – SAP/MAPA;
130148 – SAF/MAPA;
130149 – SFB/MAPA;
130150 – CGFT/DGCF;
130205 – SFB/PD 142/02 REV.2;
130206 – FNDF/SFB;
130207 – SFB/KFW DOAÇÃO;
130208 – SFB/KFW DOAÇÃO-EXT.;
130209 – SFB/FUNDO AMAZONIA;
130210 – SFB/ATN/SX-14218-BR;
130211 – SFB/ATN/SX-14218-EX;
130212 – FIP-CAR;
130213 – FIP.CAR;
130214 – ORCAMENTARIA-SFB;
130215 – PROJ. DOM HELDER CA;
130216 – PROJ. DOM HELDER II;
130217 - PROJ.DOM HELDER EUR
130218 – PCPR
130219 – HELDER CAMARA
130220 – LCPR
130222 – SUB AGRIC FAM
130223 – SUB REORD AGRARIO
130224 – GEF/FIDA – PDHC
130225 – PROJ. FUNDO DESAFIO
130226 – SUB DESENV RURAL
130227 – PROJETO BID 1633
130228 – FIDA GEP FSP002BR
130229 – PDHC
130231 – SERFAL/SEAD
130232 – PROJ. DOM HELDER CA
130233 – CEF/SAP-MAPA
130234 – CEF/SAF/MAPA
130235 – SAF/MAPA- TV CUSTEI
130999 – MAPA-DIFER.CAMBIAL

➔ As seguintes Unidades Gestoras estão em Desativação, Inativadas e/ou Excluídas:

110665 – SEAD;
110666 – DFDA/PB;
110667 – DFDA/MG;
110668 – DFDA/PE;
110669 – SDR/SEAD – CEF;
110673 – PCPR;
110684 – HELDER CAMARA;
110688 – LCPR;
110691 – SUB AGRIC FAM;
110698 – GEF/FIDA – PDHC;
110699 – PROJ. FUNDO DESAFIO;
110700 – SUB DESENV RURAL;
110701 – PROJETO BID 1633;
110702 – FIDA GEP FSP002BR;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

110706 – SAF/SEAD CEF;
110708 – SRA/SEAD CEF;
110709 – PROJ. DOM HELDER CA;
110710 – SDR/SEAD CEF;
110711 – PROJ. DOM HELER II;
110713 – PROJ. DOM HELER EUR;
110715 – PDHC; 110730 - SC/SEAD;
110731 – SERFAL/SEAD;
110733 – PROJ. DOM HELDER CA;
110745 – SEAP/PR;
110754 – CEF/SAP-MAPA - CONTRATOS DE REPASSE;
110752 – SEC.CONT. SEAP/PR;
130150 – CGFT/DGCF
130222 – SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR
130223 – SUBSECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRARIO
130226 – SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
130231 – SUBSEC. EXTR. DE REG. FUND. DA AMAZ. LEGAL
490011 – MDA-ADM. DIRETA.

- g) Foram transferidos os saldos da Unidade Gestora 130231-SERFAL para as seguintes Unidades Gestoras do INCRA: 133003 e 373083, conforme decisões expressas no Processo SEI nº 54000.0296/2019-44.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

4.1) Demonstrações Contábeis

Extraídas do SIAFIWEB

4.1) Balanço Financeiro

30/09/2019

R\$ Milhões

INGRESSOS	30/09/2019	31/12/2018
Receitas Orçamentárias	5.130,21	3.285,42
Ordinárias	237,17	2,10
Vinculadas	4.825,15	3.316,70
Alienação de Bens e Direitos	32,60	7,97
Transferências Constitucionais e Legais	4,58	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.787,01	3.308,74
Recursos a Classificar	0,96	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	67,89	-33,38
Transferências Financeiras Recebidas	30.507,48	23.892,29
Resultantes da Execução Orçamentária	20.984,12	16.501,34
Cota Recebida	7.623,20	6.245,85
Repasso Recebido	4.377,80	3.356,66
Sub-repasso Recebido	8.912,11	6.895,54
Repasso Devolvido	11,11	1,40
Sub-repasso Devolvido	59,90	1,89
Independentes da Execução Orçamentária	9.523,37	7.390,95
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.034,29	1.531,55
Demais Transferências Recebidas	755,20	1.331,09
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.583,17	4.528,30
Movimentações para Incorporação de Saldos	150,71	0,01
Recebimentos Extraorçamentários	5.172,49	4.878,88
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	715,42	396,25
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.977,50	4.100,52
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	123,97	251,80
Outros Recebimentos Extraorçamentários	355,59	130,31
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,41	0,36
Restituições a Pagar	-	0,06
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	-
Arrecadação de Outra Unidade	350,38	115,15
Demais Recebimentos	4,72	14,72
Saldo do Exercício Anterior	7.146,02	3.844,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.146,02	3.844,40
TOTAL	47.956,21	35.901,00
DISPÊNDIOS		
Despesas Orçamentárias	14.983,45	14.027,33
Ordinárias	6.552,53	7.912,38
Vinculadas	8.430,91	6.114,94
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.411,04	176,49
Previdência Social (RPPS)	314,97	274,73
Receitas Financeiras	234,06	313,67
Operação de Crédito	5,12	115,51
Alienação de Bens e Direitos	0,05	0,35
Transferências Constitucionais e Legais	0,40	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.465,26	5.234,20
Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	23.171,67	16.978,06
Resultantes da Execução Orçamentária	13.335,05	10.209,38
Repasso Concedido	4.340,72	3.302,13
Sub-repasso Concedido	8.912,11	6.895,54
Cota Devolvida	11,21	8,42
Repasso Devolvido	11,11	1,40
Sub-repasso Devolvido	59,90	1,89
Independentes da Execução Orçamentária	9.836,62	6.768,68
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.745,11	668,50
Demais Transferências Concedidas	753,56	1.331,29
Movimento de Saldos Patrimoniais	7.187,28	4.768,88
Movimentações para Incorporação de Saldos	150,68	0,01
Pagamentos Extraorçamentários	2.422,68	1.459,92
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	748,21	210,57
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.551,48	1.005,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	122,53	243,79
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,46	0,26
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	0,29	-
Valores Compensados	0,17	0,26
Saldo para o Exercício Seguinte	7.378,41	3.435,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.378,41	3.435,69
TOTAL	47.956,21	35.901,00

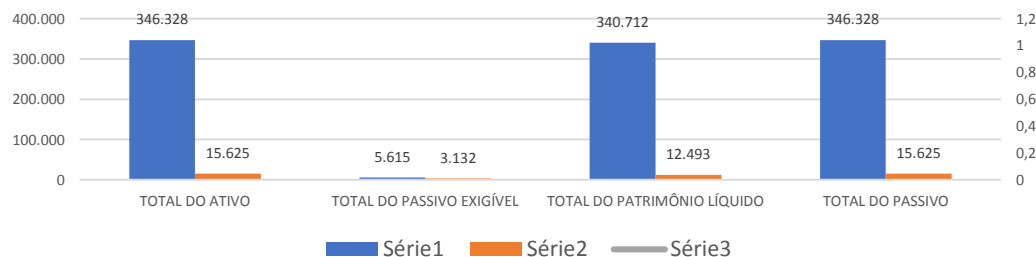


Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

4.2) Balanço Patrimonial

	30/09/2019	31/12/2018
	R\$ Milhões	
ATIVO	30/09/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE	10.470,15	5.049,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.378,41	3.932,73
Créditos a Curto Prazo	1.018,16	28,31
Clientes	11,75	28,31
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.006,76	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-0,36	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.540,31	520,03
Estoques	533,22	568,78
VPDs Pagas Antecipadamente	0,04	0,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE	335.857,59	10.575,40
Ativo Realizável a Longo Prazo	24.365,72	6.149,45
Créditos a Longo Prazo	14.705,34	5.269,88
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	9.660,38	879,56
Investimentos	17,09	37,16
Imobilizado	311.418,58	4.368,57
Intangível	56,21	20,22
TOTAL DO ATIVO	346.327,74	15.625,27
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE	4.286,78	2.537,11
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.309,55	822,28
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.044,49	1.138,81
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	171,10	109,42
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1,26	1,42
Provisões a Curto Prazo	73,10	74,47
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.687,28	390,70
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.328,60	595,17
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86
Provisões a Longo Prazo	238,42	247,26
Demais Obrigações a Longo Prazo	774,32	32,04
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.615,38	3.132,28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	3.267,74	3.267,74
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	35,12	20,08
Reservas de Capital	0,01	-
Reservas de Lucros	66,72	66,72
Demais Reservas	12,76	-
Resultados Acumulados	337.330,02	9.138,45
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	340.712,36	12.492,99
TOTAL DO PASSIVO	346.327,74	15.625,27

Balanço Patrimonial - 30/09/2019 x 31/12/2018





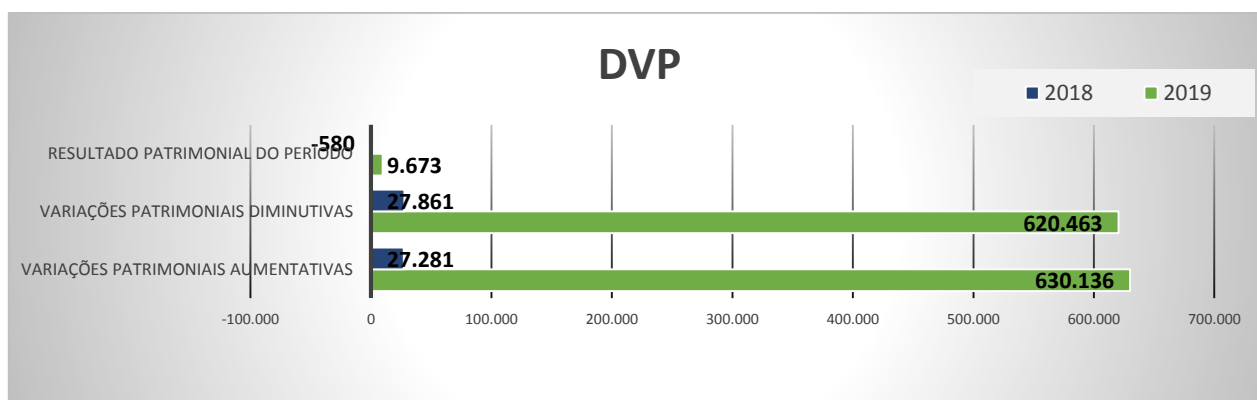
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

4.3) Demonstrações das Variações Patrimoniais

30/09/2019

R\$ Milhões

	30/09/2019	31/12/2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	630.136,07	27.281,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	64,97	8,58
Contribuições	1.337,38	200,14
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	122,24	256,74
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	485,02	458,52
Transferências e Delegações Recebidas	600.811,05	24.659,52
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	26.916,38	1.489,17
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	399,03	208,72
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	620.463,26	27.860,93
Pessoal e Encargos	5.068,91	4.288,75
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.042,56	1.523,77
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.435,33	808,92
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4,37	143,61
Transferências e Delegações Concedidas	593.778,49	18.431,63
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.600,40	1.349,39
Tributárias	15,25	26,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	183,51	570,30
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	334,45	718,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.672,81	-579,54





Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

4.4) Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

30/09/2019
R\$ Milhões

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.424,73	2.424,73	1.911,41	-513,32
Receitas Tributárias	52,33	52,33	41,52	-10,81
Impostos	-	-	-	-
Taxas	52,33	52,33	41,52	-10,81
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.356,37	1.356,37	1.208,38	-147,99
Contribuições Sociais	1.355,86	1.355,86	1.208,20	-147,66
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,51	0,51	0,18	-0,34
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	444,37	444,37	348,51	-95,86
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9,10	9,10	5,59	-3,51
Valores Mobiliários	428,37	428,37	335,21	-93,15
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	6,90	6,90	7,71	0,80
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	9,92	9,92	8,15	-1,78
Receita Industrial	0,10	0,10	0,05	-0,04
Receitas de Serviços	334,20	334,20	153,22	-180,98
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	40,44	40,44	28,52	-11,93
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	293,74	293,74	124,70	-169,03
Outros Serviços	0,02	0,02	-	-0,02
Transferências Correntes	4,17	4,17	2,07	-2,09
Outras Receitas Correntes	223,27	223,27	149,50	-73,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	32,82	32,82	31,47	-1,35
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	116,71	116,71	109,19	-7,52
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	73,74	73,74	8,84	-64,90
RECEITAS DE CAPITAL	6.220,50	6.220,50	3.218,80	-3.001,70
Operações de Crédito	62,74	62,74	-	-62,74
Operações de Crédito - Mercado Interno	18,44	18,44	-	-18,44
Operações de Crédito - Mercado Externo	44,30	44,30	-	-44,30
Alienação de Bens	1.432,98	1.432,98	30,99	-1.402,00
Alienação de Bens Móveis	1.408,43	1.408,43	2,17	-1.406,26
Alienação de Bens Imóveis	24,55	24,55	28,82	4,27
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	4.723,95	4.723,95	3.187,82	-1.536,13
Transferências de Capital	0,83	0,83	-	-0,83
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.645,23	8.645,23	5.130,21	-3.515,02
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	8.645,23	8.645,23	5.130,21	-3.515,02
DEFICIT	-	-	9.853,24	9.853,24
TOTAL	8.645,23	8.645,23	14.983,45	6.338,22
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

30/09/2019
R\$ Milhões

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	12.352,91	12.342,43	9.522,71	7.830,15	7.119,91	2.819,72
Pessoal e Encargos Sociais	9.234,90	9.216,71	7.697,35	6.409,87	5.860,96	1.519,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.118,01	3.125,72	1.825,36	1.420,28	1.258,95	1.300,36
DESPESAS DE CAPITAL	10.045,58	9.991,20	5.460,74	3.175,80	3.170,61	4.530,46
Investimentos	949,17	926,40	55,56	7,55	4,40	870,84
Inversões Financeiras	9.096,41	9.064,80	5.405,18	3.168,25	3.166,21	3.659,62
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	236,35	236,35	-	-	-	236,35
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	22.634,83	22.569,97	14.983,45	11.005,94	10.290,52	7.586,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	22.634,83	22.569,97	14.983,45	11.005,94	10.290,52	7.586,53
TOTAL	22.634,83	22.569,97	14.983,45	11.005,94	10.290,52	7.586,53



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Execução de Restos a Pagar Não Processados

30/09/2019
R\$ Milhões

	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES	736,36	1.034,11	897,63	795,88	181,66	792,92
Pessoal e Encargos Sociais	0,01	184,53	141,35	76,87	42,43	65,24
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	736,35	849,57	756,28	719,01	139,22	727,69
DESPESAS DE CAPITAL	1.157,13	2.512,40	775,17	755,60	275,75	2.638,18
Investimentos	624,89	1.290,13	481,68	464,69	119,55	1.330,78
Inversões Financeiras	532,24	1.222,28	293,48	290,91	156,20	1.307,40
TOTAL	1.893,49	3.546,51	1.672,80	1.551,48	457,41	3.431,11

Execução de Restos a Pagar Processados

30/09/2019
R\$ Milhões

	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES	25,48	677,67	677,18	8,46	17,51
Pessoal e Encargos Sociais	0,71	566,29	565,90	0,17	0,93
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	24,77	111,38	111,27	8,29	16,58
DESPESAS DE CAPITAL	130,30	79,97	71,03	21,65	117,59
Investimentos	122,58	76,29	68,66	19,03	111,17
Inversões Financeiras	7,72	3,69	2,37	2,62	6,41
TOTAL	155,78	757,64	748,21	30,11	135,10



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

4.5) Demonstração dos Fluxos de Caixa

	R\$ Milhões	
	30/09/2019	30/06/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	638,76	646,59
INGRESSOS	32.898,05	25.014,89
Receitas Derivadas e Originárias	1.909,34	737,96
Transferências Correntes Recebidas	2,07	2,89
Intergovernamentais	0,10	2,42
Outras Transferências Correntes Recebidas	1,98	0,47
Outros Ingressos Operacionais	30.986,64	24.274,04
Ingressos Extraorçamentários	123,97	251,80
Restituições a Pagar	-	0,06
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,08	-
Transferências Financeiras Recebidas	30.507,48	23.892,29
Arrecadação de Outra Unidade	350,38	115,15
Demais Recebimentos	4,72	14,74
DESEMBOLSOS	-32.259,30	-24.368,30
Pessoal e Demais Despesas	-7.852,77	-5.981,04
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.111,86	-1.165,15
Intergovernamentais	-383,60	-441,77
A Estados e/ou Distrito Federal	-41,62	-286,98
A Municípios	-341,98	-154,80
Intragovernamentais	-716,42	-705,49
Outras Transferências Concedidas	-11,84	-17,88
Outros Desembolsos Operacionais	-23.294,66	-17.222,11
Dispêndios Extraorçamentários	-122,53	-243,79
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-0,29	-
Transferências Financeiras Concedidas	-23.171,67	-16.978,06
Valores Compensados	-0,17	-0,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-406,36	-1.055,31
INGRESSOS	3.218,80	2.544,57
Alienação de Bens	30,99	7,39
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.187,82	2.537,18
DESEMBOLSOS	-3.625,17	-3.599,88
Aquisição de Ativo Não Circulante	-152,27	-34,74
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-3.299,49	-3.354,83
Outros Desembolsos de Investimentos	-173,41	-210,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	232,39	-408,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.146,02	3.844,40
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.378,41	3.435,69



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

4.6) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

30/09/2019

R\$ Milhões

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	3.268	20	-	67	13	325.982	-	-	329.349
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-363	-	-	-363
Aumento/Redução de Capital	-	15	-	-	-	-	-	-	15
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-16	-	-	-16
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	9.673	-	-	9.673
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	2.054	-	-	2.054
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	3.268	35	-	67	13	337.330	-	-	340.712



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

5) Notas Explicativas

(Por: Alberto Jeronimo Pereira-CCONT e José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

5.1) Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanco Orçamentário (BO), o Balanco Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

5.2) Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o **Real**. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Neste trimestre o MAPA apresenta o saldo de R\$ 7.378 (sete bilhões, trezentos e setenta e oito milhões de reais) destacando o valor de R\$ 3.158 (três bilhões, cento e cinquenta e oito milhões de reais) em Recursos da Conta Única Aplicados pelo Fundo de Defesa da Economia Cacaueira.

b.1) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixas” – no total de R\$ 7.378 milhões

<i>→ Moeda Nacional em 30/09/2019</i>	<i>R\$ 7.375 milhões</i>
<i>→ Moeda Estrangeira em 30/09/2019</i>	<i>R\$ 3 milhões</i>

b.2) Composição do “Caixa e Equivalente de Caixas” em Moeda Nacional – no total de R\$ 7.378 milhões

<i>→ Conta Única - Subconta do Tesouro</i>	<i>R\$ 3.158 milhões</i>
<i>→ Bancos Conta Movimento – Demais Contas</i>	<i>R\$ 6 milhões</i>
<i>→ Aplicações Financeiras de Liquidez</i>	<i>R\$ 54 milhões</i>
<i>→ Recursos Liberados pelo Tesouro</i>	<i>R\$ 1.572 milhões</i>
<i>→ Títulos da Dívida Pública em Poder da UG</i>	<i>R\$ 2.585 milhões</i>

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. Créditos tributários;
- ii. Créditos não tributários;
- iii. Dívida ativa;
- iv. Transferências concedidas;



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

- v. Empréstimos e financiamentos concedidos;
- vi. Adiantamentos; e
- vii. Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Composição dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos – no total de R\$ 1.007:

→ **Empréstimos Concedidos a Receber – R\$ 133** – INCRA – beneficiários da Reforma Agrária. relativo à aplicação financeira pelos agentes e que foram emitidas as seguintes Ordens Bancárias para o BNDES: 2019OB800001, 2019OB800002, 2019OB800003 e 2019OB800004, porém, contudo não houve a baixa contra a conta de Ativo.

→ **Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros** – FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 na ordem de R\$ 874 (oitocentos e setenta e quatro milhões de reais) em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débitos oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira do BNDES.

d. **Estoques**

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MAPA a CONAB possui maior destaque no saldo de Estoque no valor de R\$ 476 (quatrocentos e setenta e seis milhões de reais) de Mercadorias em Armazéns de Terceiros. Na CONAB neste Trimestre houve uma redução dos Estoques na ordem de R\$ 33 (trinta e três milhões de reais) relativamente a venda de milho e doação de arroz.

e. **Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- i. Créditos tributários;
- ii. Créditos não tributários;
- iii. Dívida ativa;

Somente no INCRA tem-se a Dívida Ativa não Tributária no valor de R\$ 139 milhões de reais.

iv. empréstimos e financiamentos concedidos;

→ **Empréstimos Concedidos a Receber – R\$ 11.139** (onze bilhões, cento e trinta e nove milhões de reais

a) No INCRA no valor de R\$ 6 (seis bilhões de reais) relativos Fomento, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional com o objetivo de que o público da reforma agrária permaneça no campo.

b) No FUNCAFE os Empréstimos Concedidos a Receber perfazem o total de R\$ 5.139 (cinco bilhões e cento e trinta e nove milhões de reais) são relativos a Dação em Pagamento com várias Instituições Financeiras com destaque relevante ao Banco Santander (Brasil) S/A e Banco do Brasil S/A.

→ **Empréstimos Concedidos a Receber – Exc.FAT– R\$ 3.221** (três bilhões, duzentos e vinte e um milhões de reais):

a) No INCRA no valor de 86 (oitenta e seis milhões de reais):

b) No FUNDO DE TERRAS no valor de R\$ 3.134 (três bilhões, cento e trinta e quatro bilhões), foram contabilizadas nesta rubrica em gestões anteriores sem contudo reclassificadas para a conta de Ativo.

v. **Estoques.**

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

No MAPA não há estoques no Ativo Não Circulante.

f. **Investimentos**

São compostos por:

- i. Participações permanentes;
- ii. Propriedades para investimento; e



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

No âmbito do MAPA somente a Embrapa possui participações permanentes (MEP), com o devido registro da Provisão para Perdas Prováveis. Neste trimestre destaca-se na CONAB o registro de R\$ 21 (vinte e um milhões de reais) em Redução ao Valor Recuperável de Investimentos (veja [Nota nº 06 – Investimentos](#)).

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Neste trimestre o MAPA possui o valor líquido de R\$ 311.419 (trezentos e onze bilhões, quatrocentos e dezenove milhões de reais) onde deste valor 98,240% está no INCRA. Quanto a CONAB houve uma pequena redução dos Imóveis decorrente de venda e doações de bens imóveis.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No MAPA o Intangível bruto é de R\$ 103 (cento e três milhões de reais) dos quais R\$ 47 (quarenta e sete milhões de reais) já amortizados.

A CONAB não apresentou nenhuma geral interna de Ativos Intangíveis, também não recebeu doações de bens intangíveis, assim como não realizou teste relativo a perda por Redução ao Valor Recuperável (Impairment).

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Móveis perfazem o valor de R\$1.083 (um bilhão, oitenta e três milhões de reais) onde 62,93% desse valor está concentrado na Embrapa.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

No MAPA a Depreciação Acumulada de Bens Imóveis perfaz o valor de R\$ 808 (oitocentos e oito milhões de reais) onde 42,43% desse valor está concentrado no INCRA. E a Amortização Acumulada de Bens Imóveis é de 87 (oitenta e sete milhões de reais).

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. Empréstimos e financiamentos;
- iii. Fornecedores e contas a pagar;
- iv. Obrigações fiscais;
- v. Obrigações de repartições a outros entes;
- vi. Provisões; e
- vii. demais obrigações.

No MAPA o Passivo Circulante no total de R\$ 4.287 (quatro bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões de reais) obteve maior destaque na CONAB em torno de 46,64% e quanto ao Passivo Não Circulante onde valor total é de R\$ 1.329 (um bilhão, trezentos e vinte e nove milhões de reais), onde o maior destaque é, também, na CONAB em 52,35%. Neste grupo também se destaca em relação ao trimestre anterior a diminuição de R\$ 5 (cinco milhões de reais) no INCRA referente a Precatórios de Terceiros.

l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

No âmbito do MAPA há empréstimos de curto prazo – interno, especificamente na CONAB no valor de R\$ 1.044 (um bilhão e quarenta e quatro milhões de reais). A CONAB apresentou uma “redução de R\$ 94 (noventa e quatro milhões de reais) que representa o valor dos repasses de recursos pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados a Política de Garantida de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos”.

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. Riscos trabalhistas;
- ii. Riscos fiscais;
- iii. Riscos cíveis;
- iv. Repartição de créditos tributários;
- v. Provisões matemáticas; e
- vi. outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

No âmbito do MAPA as provisões de Curto Prazo estão na CONAB e referem-se a Provisões para Indenizações Trabalhistas no valor de R\$ 61 (sessenta e um milhões de reais) e Provisões de Riscos Cíveis no valor de R\$ 12 (doze milhões de reais).

Já nas Provisões de Longo Prazo há na CONAB a Provisão para Riscos Fiscais no valor de R\$ 3 (três milhões de reais) e na Embrapa a Provisão para Indenizações Trabalhistas no valor de R\$ 235 (duzentos e quarenta e três milhões de reais) – ver [Nota nº 03 – Provisões](#).

5.3) Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis ocorridas neste trimestre.

5.4) Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2019 a MP 870, transformada na Lei nº 13.844 em 18/06/2019 e o Decreto nº 9667 de 02/01/2019 alteram a Estrutura do MAPA em que transfere as atividades de pesca e aquicultura, assistência técnica e extensão rural, irrigação e infraestrutura hídrica, políticas de agricultura familiar, reforma agrária, regularização fundiária, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas, conservação e manejo de solo e da água, cooperativismo e associativismo, fundos de Terra e órgão gestor do Serviço Florestal Brasileiro, além das já existentes foram incorporadas ao Ministério.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6. Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL DO MAPA

(Por Jaqueline Pereira de Faria Silva – DAC/CCONT)

A. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

❖ Caixa e Equivalentes de Caixa:

R\$ Milhões

Por Órgão	Set/2019	Dez/2018	AH	AV(2019)
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO	-	-	-	-
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	489	484	0,83%	6,61%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2883	-	-	-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	316	282	12,06%	4,28%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	296	233	27%	4,01%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	3206	2933	9,34%	43,47%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	4			0%
FUNDO DE TERRAS	184			2%
Total:	7378	3932	87,64%	

R\$ Milhões

Caixa e Equivalentes de Caixa	Set/2019		Dez/2018	
	Saldo R\$	% do total	Saldo R\$	% do total
CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3158	42,80%	2.918	74,19%
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5	0,07%	0	0,00%
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1	0,01%	1	0,03%
FUNDO DE APLICACAO - EXTRAMERCADO	53	0,72%	47	1,20%
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1	0,01%	1	0,03%
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1113	15,09%	471	11,98%
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	459	6,22%	492	12,51%
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	1839	24,93%	-	-
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	746	10,11%	-	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO BANCOS OFICIAIS EXTER.	3	0,04%	3	0,08%
Totais	7378	100,00%	3.933	100,00%

A variação positiva destacou-se pelas incorporações dos órgãos: Secretária Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Serviço Florestal Brasileiro e Fundo de Terras. As incorporações foram instituídas pelo Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019. O valor de total das incorporações equivale à R\$ 3.070.596.404,42 é representa 41 % do total da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Órgão	Set/2019	Dez/2018	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	133	-	13,22
FUNDO DE TERRAS	873	-	87,78
Total:	1.006	-	

A variação aumentativa destacou-se com a incorporação de Empréstimos Concedidos a Receber do Fundo de Terras e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. O Fundo de Terras representa 87,78% dos Créditos a Curto Prazo.

❖ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

Órgão	Set/20	Dez/2018	% AH	% AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	8			-
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	14			-
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	131	71	84,51%	8,51%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	180			-
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	395	54	633,33%	25,71%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	812	395	105,57%	52,73%
Total	1.540	520	196,15%	

A variação destacou-se em dois Órgãos e duas contas. A primeira é na conta Crédito a Receber por Cessão de Créditos pela União no órgão da CONAB. E no órgão do Mapa, na conta de Adiantamento - Termo Execução Descentralizada: referente ao registro da apropriação de



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Ativo do Termo de Execução Descentralizada "TED" a aprovar. Cujo valor foi registrado no Ativo da Repassadora e Passivo na Reecedora, até o registro da aprovação.

B. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

❖ Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo:

Órgão	Set/2019	Dez/2018	AH	AV
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO			0%	0%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	6087			42%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	5139	5066	1,44%	36%
FUNDO DE TERRAS	3134			22%
Total	14360	5066	183,46%	100%

A variação aumentativa destacou-se com a incorporação de saldos de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo do Fundo de Terras e Inkra. Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Receber do Inkra são empréstimos concedidos a beneficiários da reforma agrária por autorização legal ou vinculado a contrato ou acordo, com vencimento a longo prazo.

Nos Créditos a Longo Prazo também houve a incorporação da Dívida Ativa do órgão do Inkra que é resultado de inscrições em dívida ativa realizadas na Procuradoria Federal Especializada, estando relacionadas, em sua maior parte, de publicações de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU, decorrentes de julgamentos de Tomadas de Contas Especiais instauradas nesta Autarquia.

No Fundo de Terras os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo tem um saldo em constante crescimento sem registros das baixas dos recebimentos, não há segregação curto e longo dos recebíveis e não registram juros a transcorrer. Não há registros dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo no Inkra, Fundo de Terras e Funcafé.

❖ Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Órgão	Set/2019	Dez/2018	AH	AV
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO				0%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	1	1	0%	0%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	13	1	2119%	0%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	275	261	5%	3%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1300	616	111%	13%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	8071			84%
Total	9660	879	998%	100%

A variação positiva destacou-se pela incorporação do Órgão do Inkra na conta Crédito a Receber - Regularização Fundaria no valor de R\$ 8.070.535.457,95, que representa 84% do total dos Demais Créditos a Longo Prazo.

- ❖ O Imobilizado é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 004 (clique aqui e veja abaixo);
- ❖ O Intangível é objeto de análise a parte conforme a Nota nº 005 (clique aqui e veja abaixo);
- ❖ Os Investimentos são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 006 (clique aqui e veja abaixo).

C. Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

❖ Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:

Representa os valores dos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional à Conab, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, tais valores retornam ao Tesouro Nacional na medida da realização dos estoques, e da recuperação de créditos";

- ❖ Os Fornecedores e Contas a Pagar são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 001 (clique aqui e veja abaixo);
- ❖ As Provisões de Curto Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003 (clique aqui e veja abaixo);

❖ Demais Obrigações a Curto Prazo:

Órgão	Set/2019	Dez/2018	AH	AV
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2	2	0%	0%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	6			0%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	113	29	292%	7%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	197	114	72%	12%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	656			39%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	713	245	191%	42%
Total:	1.687	390	332%	100%

A variação positiva nas Obrigações a Curto Prazo destacarem-se pelas incorporações de novos Órgãos em destaque no Órgão do Inkra, pois representa 39% do valor total da rubrica. E no Órgão da Conab referentes aos registros de Termos de Execução



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Descentralizadas (TED) comprovados que estão aguardando os registros de aprovação, por parte dos órgãos concedentes. Os valores serão baixados após a aprovação dos valores que já foram comprovados através da prestação de contas de cada Termo de Execução Descentralizada (TED). Cujo valor foi registrado no Ativo e Passivo, até o registro da aprovação.

D. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

❖ Demais Obrigações a Longo Prazo:

Órgão	Set/2019	Dez/2018	AH	AV
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA		-		0%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	82	31	162%	11%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	692	1	95821%	89%
Total:	774	32	2316%	100%

O Órgão da CONAB representa 89% do valor total do Órgão Superior e é decorrente do contrato firmado entre a CONAB com o CIBRIUS (Instituto Conab de Seguridade Social) para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato que está em fase de aprovação pelos órgãos superiores..

❖ As Provisões de Longo Prazo são objeto de análise a parte conforme a Nota nº 003 ([clique aqui](#) e veja abaixo);

E. Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC):

A variação apresentada de 74,84% verificada neste subgrupo reflete os valores transferidos pelo Mapa a título de Investimentos no período de janeiro a setembro de 2019, que por força de legislação são registrados - na conta de ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC.

b) Resultados de Exercícios Anteriores:

Órgão	Set/2019	Dez/2018	AH	AV
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	-2647	-2267	17%	-1%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	-5	0		0%
SEC.ESPEC.DE AGRIC.FAMIL.E DO DESENV.AGRARIO		-		0%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	28	-		0%
FUNDO DE TERRAS	4192			1%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	4926	3521	40%	1%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	8239	7884	4%	2%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	322597	-		96%
Total	337330	9138	3591%	100%

A variação positiva destaca-se com a incorporação dos Resultados Acumulados dos órgãos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar, Instituto Nacional de Colonização e Reforma, Serviço Florestal Brasileiro e Fundo de Terras, o órgão com maior relevância e o INCRA que representa 96% do total da conta.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO MAPA

(Por Shirley Falcão de Paiva dos Santos e Equipe – CGOF/DGG/SE/MAPA)

A. Balanço Orçamentário – RECEITAS:

- ❖ A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2019, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, estima a receita do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão 22000, em R\$ 1.694.703.266,00. Entretanto, por força da Medida Provisória (MP) nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a qual transferiu para o Ministério competências de outros órgãos, a estimativa passou para R\$ 3.170.753.459,00. Esses valores referem-se a todas as fontes de recursos, exceto a 100.

Até o 3º trimestre/2019, do montante estimado, foi arrecadado o correspondente a 38,74% (R\$ 1.228.388.226,45), com destaque para as Receitas Correntes, no montante de R\$ 1.184.065.061,27.

O valor de R\$ 1.608.547,65, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa, não consta do Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”.

Inconsistências detectadas no Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”:

- Não consta o valor de R\$ 1.608.547,65, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa;
- A Unidade Orçamentária (UO) “74203 – Recursos sob a supervisão do INCRA/PR”, faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
- A Unidade Orçamentária (UO) “74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA” faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
- A UO “74906 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – Presidência da República” faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
- A UO “44901 – Fundo de Terras e da Ref. Agrária – B. da Terra” não integra o Órgão 22000;
- A UO “32396 – Agência Nacional de Mineração” não integra o Órgão 22000;
- A UO “26234 – Universidade Federal do Espírito Santo” não integra o Órgão 22000;
- A UO “98000 – Receita do Tesouro da União” não integra o Órgão 22000; e
- A UO “22212 – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP” faz parte do Orçamento de Investimento.

B. Balanço Orçamentário – RECEITAS CORRENTES:

- ❖ Da previsão de R\$ 1.675.906.163,00, foram arrecadados R\$ 1.184.065.061,27 (70,65%), dos quais destacam-se as Receitas de Contribuições, cujo montante (R\$ 948.666.800,29) corresponde a 80,12% da totalidade da arrecadação.

C. Balanço Orçamentário – RECEITAS DE CAPITAL:

- ❖ Da previsão atualizada de R\$ 1.494.847.296,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 2,97% (R\$ 30.985.847,77).

D. Balanço Orçamentário – DOTAÇÃO:

- ❖ Para apuração do resultado do Balanço Orçamentário, relativo ao 2º semestre de 2019, foram detectadas e excluídas do relatório as seguintes Unidades Orçamentárias (UO):
 - UO “55101 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”, que faz parte do Órgão “55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” e não do Órgão 22000;
 - UO “53210 – Agência Nacional de Águas”, que faz parte do Órgão “53000 – Ministério da Integração Nacional” e não do Órgão 22000;
 - UO “71104 – Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob a Supervisão/MF”, que faz parte do Órgão “71000 – Encargos Financeiros da União” e não do Órgão 22000;

- UO “73111 – Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente”, que faz parte do Órgão “73000 – Transferências a Estados, ao Distrito Federal e Municípios” e não do Órgão 22000;
- UO “74101 – Recursos sob a Supervisão do MF – OOC/MF”, que faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
- UO “74203 – Recursos sob a Supervisão do INCRA/PR”, que faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
- UO “74901 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA, que faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
- UO “74906 – Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra – Presidência da República”, que faz parte do Órgão “74000 – Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão 22000;
- UO “53203 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”, que faz parte do Órgão “53000 – Ministério do Desenvolvimento Regional”;
- UO “81101 – Ministério dos Direitos Humanos – MDH”, que faz parte do Órgão “81000 – Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos”.

Tendo em vista a transferência das competências das extintas Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por força da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, a dotação atual do MAPA é de R\$ 16.773.575.543,00. Ambas as Categorias Econômicas “Despesas Correntes” e “Despesas de Capital” sofreram alterações em relação à dotação inicial, exceto a “Reserva de Contingência”.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Até o 3º trimestre de 2019, a dotação da Lei Orçamentária Anual - LOA sofreu uma redução de 0,47%, em decorrência das alterações orçamentárias realizadas, conforme quadros abaixo:

R\$ 1,00

Grupo de Natureza de Despesa	Valor da LOA	Cancelamentos	Dotação Atual
1 – Pessoal e Encargos Sociais	9.234.902.119	-18.195.245	9.216.706.874
3 – Outras Despesas Correntes	2.971.329.992	-4.588.698	2.966.741.294
4 – Investimentos	949.265.358	-22.862.521	926.402.837
5 – Inversões Financeiras	3.460.991.603	-33.614.365	3.427.377.238
9 – Reserva de Contingência	236.347.300		236.347.300
Total	16.852.836.372	-79.260.829	16.773.575.543

Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 11,7 bilhões, das quais liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 10 bilhões (85,07%), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as despesas correntes (78,74%), com destaque para as despesas com pessoal e encargos sociais (81,35%). Do total das despesas liquidadas, 98,01% foram pagas.

E. Balanço Orçamentário – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):

(Por: Maurício Teixeira de Sousa – DAC/CCONT)

❖ Quociente do Equilíbrio Orçamentário → $\frac{\text{Prev.Inic.da Receita (em milhões)}}{\text{Dotação Inicial da Despesa (em milhões)}} \rightarrow \frac{8.645,23}{22.634,83} = 38,19\%$

Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;

❖ Quociente de Execução da Receita → $\frac{\text{Receita Realizada (em milhões)}}{\text{Previsão Atualizada da Receita (em milhões)}} \rightarrow \frac{5.130,21}{8.645,23} = 59,34\%$

A receita efetivamente arrecada do Ministério da Agricultura alcançou cerca de 59,34% de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento.

❖ Quociente de Execução da Despesa → $\frac{\text{Despesa Executada (em milhões)}}{\text{Dotação Atualizada da Despesa (em milhões)}} \rightarrow \frac{14.983,45}{22.631,52} = 66,21\%$

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 66,21% do total das despesas fixadas no orçamento.

❖ Quociente do Resultado Orçamentário → Receita realizada – despesa empenhada (em milhões) → $5.130,21 - 14.983,45 = (9.853,24)$

A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou em **R\$ 9.853.240.000,00 (nove bilhões, oitocentos e cinquenta e três milhões, duzentos e quarenta mil reais)**, o qual corresponde ao montante do déficit orçamentário do Mapa, uma vez que a Despesa Empenhada superou a Receita Realizada nesta quantia;

❖ Quociente de Execução Orçamentária Corrente → $\frac{\text{Receita Realizada Corrente}}{\text{Despesa Empanhada Corrente}} \rightarrow \frac{1.911,40}{9.522,70} = 20,07\%$

A Receita Realizada corrente alcançou apenas 20,07% das despesas empenhadas correntes;

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária → $\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}} \rightarrow \frac{5.130,21}{10.290,52} = 49,85\%$

Obs.: Valores em milhões de Reais



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO MAPA

(Por Mauricio Teixeira de Sousa – DAC/CCONT)

A. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TAXAS:

- ❖ Entre os meses de setembro de 2018 a setembro de 2019, houve uma variação significativa na rubrica Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia, da ordem de 657,07%, a maior, decorrente dos acréscimos das arrecadações da UG Departamento de Administração Financeira, órgão INCRA, as quais correspondem, em sua maioria, a taxas de serviços cadastrais.

B. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

- ❖ Entre o terceiro trimestre de 2018 ao terceiro trimestre de 2019, houve uma variação significativa na conta de VPA Contribuições, da ordem de 568,24%, decorrente dos acréscimos das arrecadações da UG Departamento de Administração Financeira, órgão INCRA, as quais correspondem, em sua maioria, a contribuições industriais rurais.

C. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA E BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:

- ❖ Entre os meses de setembro de 2018 a setembro de 2019, houve uma diminuição no montante da rubrica de VPA Exploração e venda de bens, serviços e direitos, da ordem de -52,39%. Tal decréscimo foi motivado sobretudo pela menor venda, em 2018, de estoques estratégicos do órgão CONAB, venda esta que atingiu, no terceiro trimestre de 2019, cerca de metade do montante alcançado no mesmo período do ano de 2018.

D. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

- ❖ Entre os meses de setembro de 2018 a setembro de 2019, houve um acréscimo significativo na rubrica Transferências e delegações recebidas, da ordem de 2.336,46%. Tal aumento foi notável no âmbito do órgão MAPA, em virtude da incorporação de bens imóveis do órgão INCRA à estrutura das SFA'S deste Ministério.

E. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- ❖ Entre o terceiro trimestre de 2018 ao terceiro trimestre de 2019, houve um aumento significativo na conta Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos, da ordem de 1707,47%. Entre outros, tal aumento foi representado pelo acréscimo da reavaliação de bens imóveis promovida pelo órgão INCRA, agora pertencente à estrutura do MAPA, mais precisamente pelas UGs Superintendência Estadual de Mato Grosso e Superintendência Estadual de Tocantins.

F. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO:

- ❖ Entre os meses de setembro de 2018 a setembro de 2019, houve um acréscimo na rubrica de VPD uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, da ordem de 201,06%. Tal acréscimo foi motivado pela incorporação dos valores das contas de Contratos de Serviços dos órgãos INCRA e Serviço Florestal Brasileiro, os quais englobam contas como Serviços técnicos profissionais, Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, entre outros.

G. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS:

- ❖ Entre o terceiro trimestre de 2018 e o terceiro trimestre de 2019, houve um decréscimo significativo na rubrica de VPD variações patrimoniais diminutivas financeiras, da ordem de -96,96%. Tal diminuição foi representada, entre outros, pelo menor recolhimento, em 2018, de outras receitas financeiras do órgão EMBRAPA.

H. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS:

- ❖ Entre os meses de setembro de 2018 a setembro de 2019, houve um acréscimo significativo na rubrica Transferências e delegações concedidas, da ordem de 3121,52%. Tal aumento foi oriundo, entre outros, de transferências de bens imóveis de uso especial do antigo Ministério da Pesca para as UGs do MAPA.

I. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- ❖ Entre o terceiro trimestre de 2018 e o terceiro trimestre de 2019, houve um aumento significativo na conta de VPD Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos, da ordem de 1130,21%. Tal acréscimo foi motivado pela incorporação de saldos do INCRA ao passivo do órgão superior MAPA, o qual ocorreu de forma acentuada, por exemplo, na unidade gestora Departamento de Administração Financeira – DAF.

J. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS TRIBUTÁRIAS:

- a) Entre os meses de setembro de 2018 a setembro de 2019, houve uma redução na rubrica de VPD variações patrimoniais diminutivas tributárias, da ordem de -41,41%. Tal decréscimo foi originado, entre outros, na rubrica Custo dos Produtos Vendidos do órgão EMBRAPA, o qual decresceu em virtude de um menor volume de vendas de produtos deste órgão ao longo do exercício de 2019.

K. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VPD'S:

- ❖ Entre o terceiro trimestre de 2018 e o terceiro trimestre de 2019, houve uma redução na rubrica de VPD outras VPD's, da ordem de -53,45%. Tal redução foi observada nos órgãos subordinados MAPA, CONAB e FUNCAFÉ.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.1) Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

(Por: Alexandra Holanda Jaber e Renata de Oliveira Pinheiro-SAD/DAC/CCONT)

Em 30 de setembro de 2019, o MAPA apresentou um saldo de R\$ 487 (quatrocentos e oitenta e sete milhões de reais), relacionados com fornecedores e contas a pagar.

A seguir apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

COMPOSIÇÃO	R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
Circulante Curto Prazo	171	109	56,38%
Nacionais	171	109	56,38%
Estrangeiros	-	-	-
Não Circulante (Longo Prazo)	316	316	-
Nacionais	316	316	-
Total	487	425	14,50%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Para os Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo e Longo Prazo em 30/09/2019 os relevantes são os Fornecedores Nacionais de Longo Prazo os quais representam 64,89% do total a ser pago.

Na continuação apresenta-se a tabela relacionando-se aos Órgãos contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar na data base de 30/09/2019.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃOS	R\$ Milhões	
	30/09/2019	AV (%)
Minist. da Agricul. Pecuária e Abastecimento	103	21,07%
Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	27	5,60%
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	21	4,33%
Companhia Nacional de Abastecimento	20	4,06%
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	316	64,93%
Serviço Florestal Brasileiro	-	-
Total	487	-

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 64,93% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir relaciona-se os fornecedores mais significativos do Mapa saldos em aberto, na data base de 30/09/2019.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

FORNECEDOR	R\$ Milhões	
	30/09/2019	AV (%)
0000000000191 BANCO DO BRASIL SA	1.584	69,46%
28196889000143 BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS	226	9,89%
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	175	7,65%
14525684000150 ESSOR SEGUROS S.A.	76	3,33%
69034668000156 SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COMERCIO S.A.	58	2,53%
72145931000199 SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A.	50	2,20%
61074175000138 MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	49	2,16%
08097092000181 CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI	28	1,24%
85031334000185 NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO	18	0,78%
17643407000130 SANCOR SEGUROS DO BRASIL S. A.	18	0,77%
Total	1.334	100%

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo do FUNCAFE em R\$ 316 (trezentos e dezesseis milhões de reais) que representa 13,81% dos 10 valores mais expressivos.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Valores em R\$ Milhões
			Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	316	31/12/2018
Caixa Econômica Federal	Contrato De Prestação De Serviços Que Entre Si celebram a União, por meio do Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Caixa Econômica Federal,	57	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017 Aditivo: 26/04/2018

Fontes: SIASG, SIAFI Órgão: 22905, Unidade Gestora 130137; Órgão: 22000, Unidade Gestora 420013, 2019.

O Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, - Banco do Brasil S/A - Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06., refere-se ao grupo Fornecedor e contas a pagar em Longo Prazo – Órgão FUNCAFE registrado na UG do citado Órgão.

Conforme publicação no DOU, em 26 de abril de 2018 do EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde a Caixa Econômica Federal celebra **Contrato de Prestação de Serviços** abrangendo todas as atividades de gestão operacional para execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pelo Mapa. Processo SEI nº 21000.012272/2018-60.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.2) Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

(Por: Norma de Deus e Costa-DAC/CCONT e Divino Lúcio de Almeida-SAD/DAC/CCONT)

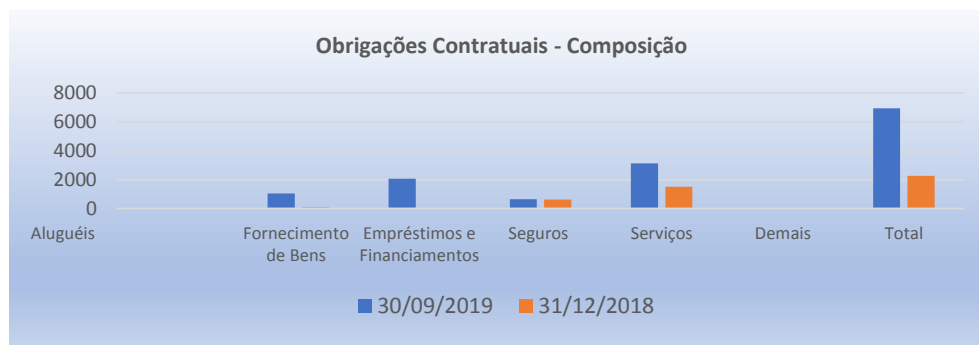
De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 30/09/2019, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 6.945 (seis bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 30/09/2019.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais referente ao 3º Trimestre 2019, conforme abaixo:

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

ITENS	Valores em R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
Aluguéis	20	6	242,16%
Fornecimento de Bens	1.057	92	1.043,71%
Empréstimos e Financiamentos	2.070	-	-
Seguros	648	625	3,74%
Serviços	3.120	1.518	105,50%
Demais	28	15	84,48%
Total	6.945	2.257	207,70%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.



Com base nas informações da tabela 01 temos que as obrigações contratuais do Mapa apresentaram acréscimo significativo no espaço de tempo mencionado, culminando em acréscimo principalmente nas rubricas de Fornecimento de Bens, Empréstimos e Financiamentos e Serviços.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as de Serviços que representam 44,93% do total das obrigações assumidas pelo Ministério.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	Valores em R\$ Milhões	
	30/09/2019	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	2.575	37,08%
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	554	7,97%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	303	4,37%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	1.408	20,28%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.074	29,87%
SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	30	0,43%
Total	6.945	

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 02 acima relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/09/2019, apresenta em destaque o MAPA como Administração Direta com 37,08% do valor total das obrigações contratuais.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	Valores em R\$ Milhões	
	30/09/2019	AV (%)
00531590000189 INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS	692	19,98%
17197385000121 ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.	605	17,47%
06020318000544 MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA	544	15,71%
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	333	9,61%
60746948000112 BANCO BRADESCO S.A.	323	9,32%
01023570000160 BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A	232	6,69%
07237373000120 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	231	6,68%
33479023000180 BANCO CITIBANK S A	196	5,66%
60498557000126 BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A	166	4,81%
60701190000104 ITAU UNIBANCO S.A.	141	4,08%
Total dos 10 primeiros Contratados mais relevantes	3.463	
→ Demais Obrigações – Por Contratado.	3.482	50,14%
Total	6.945	

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A tabela 03 acima relaciona-se os 10 primeiros contratados que estão com os valores mais expressivos na data base de 30/09/2019.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.3) Nota nº 003 - Provisões

(Por: Alan Rodrigues Pinheiro – DTC/CCONT)

Em 30/09/2019 o Mapa apresentou um saldo de R\$ 311 (trezentos e onze milhões de reais), relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões do 3º Trimestre 2019.

Tabela 01 – Provisões – Composição

COMPOSIÇÃO	30/09/2019	Valores em R\$ Milhões	
		31/12/2018	AH (%)
Provisões a curto prazo	73	74	-1,85%
Provisões a longo prazo	238	247	-3,58%
Total	311	321	-3,18%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB no valor de R\$ 73 (setenta e três milhões de reais).

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por Órgão

ÓRGÃO	30/09/2019	Valores em R\$ Milhões	
			AV (%)
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	73		-
Total	73		-

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A CONAB é responsável por 100% do total de Provisões a Curto Prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição

Provisões	30/09/2019	Valores em R\$ Milhões	
		31/12/2018	AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	61	61	-
Riscos Cíveis a Curto Prazo	12	12	-
Total	73	73	-

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo do Passivo Não Circulante é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e CONAB no valor de R\$ 238 (duzentos e trinta e oito milhões de reais).

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 – Provisões de Longo Prazo por Órgão

Órgãos	30/09/2019	Valores em R\$ Milhões	
			AV (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária – Embrapa	235		98,73%
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	3		1,27%
Total	238		-

Fonte: SIAFI2019 e Tesouro Gerencial.

A Embrapa é responsável por 98,73% do total de provisões a longo prazo.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Tabela 05 – Provisões a Longo Prazo – Composição

Provisões	Valores em R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
Riscos Fiscais	3	3	-
Riscos Trabalhistas	235	244	-3,69%
Total	238	247	-3,64%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 30/09/2019 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 235 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), registrada na Embrapa, conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica, conforme tabela a seguir:

R\$ Milhões		
Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	37	Ad. Insalubridade/ Ad. Periculosidade/Horas in itinere/Horas extras/Redução de Jornada
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	2	Anulação de ato administrativo
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	22	Encargos Previdenciários
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	174	Anulação de débito fiscal/Cobrança de Imposto - ITR - INSS - Secretaria da Receita Federal do Brasil - União Federal
Total	235	

Fonte: Embrapa



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.4) Nota nº 004 – Imobilizado

(Por: José Calazans dos Santos – DAC/CCONT)

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

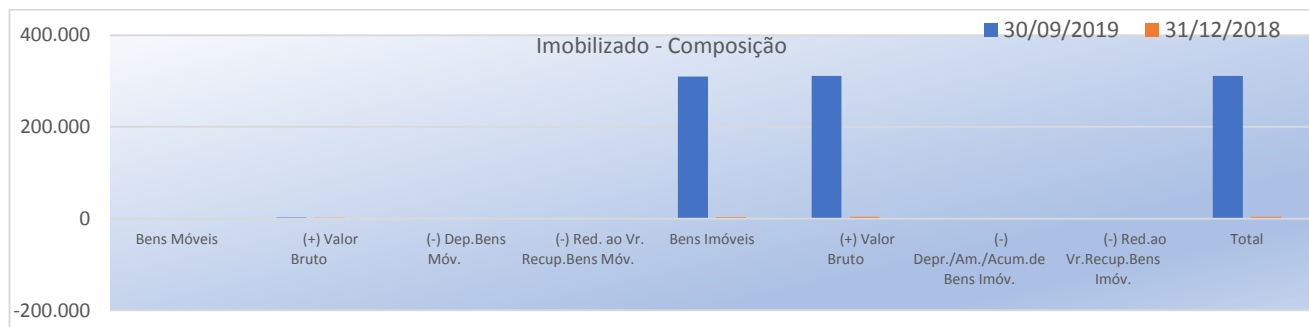
Em 30 de setembro de 2019, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 311.419 (trezentos e onze bilhões e quatrocentos e dezenove milhões de reais), líquidos da depreciação e amortização e representou um acréscimo de 69,01% em relação ao 4º trimestre/2018.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

Imobilizado – Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH%
Bens Móveis	1.323	826	60,24%
(+) Valor Bruto Contábil	2.433	1.751	%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.083)	(902)	20,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(27)	(23)	13,81%
Bens Imóveis	310.096	3.543	8.652,46%
(+) Valor Bruto Contábil	310.990	4.061	7.557,97%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(895)	(518)	72,72%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	
Total	311.419	4.369	7.027,92%

Fonte: SIAFI2019 e 2018.





Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

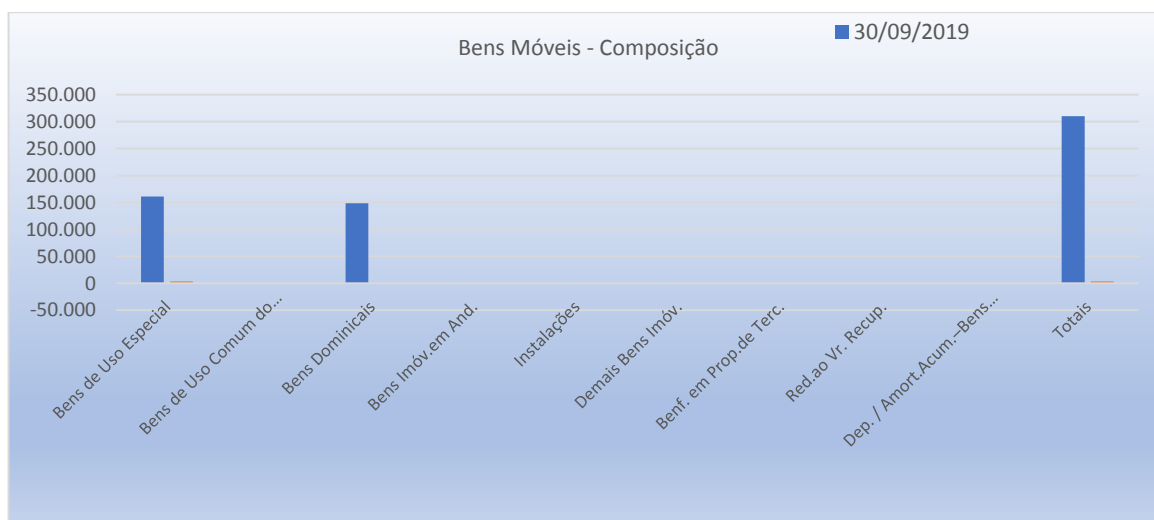
Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/09/2019 totalizavam em R\$ 1.323 (um bilhão, trezentos e vinte e três milhões de reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

Bens Móveis - Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.055	830	27,07%
Bens de Informática	479	335	43,03%
Móveis e Utensílios	254	205	23,94%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	36	29	21,54%
Veículos	466	309	50,80%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	2	4	-60,43%
Bens Móveis em Almoxarifado	38	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	6	6	-
Demais Bens Móveis	97	33	197,17%
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.083)	(902)	20,00%
Redução ao Valor Recuperável	(27)	(23)	13,81%
Total	1.323	826	60,24%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.



Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 14 (quatorze milhões de reais) no fechamento do balanço 2018 refere-se a conta de [Bens Não Localizados](#), relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais de Agricultura. E no final do 3º Trimestre/2019 o valor ainda permanece em R\$ 14 (quatorze milhões de reais), sendo que desse total o valor de R\$ 4 (quatro milhões de reais) são valores advindos do INCRA decorrente da nova estrutura em que o INCRA passou a fazer parte do MAPA conforme Decreto nº 9667, de 01/01/2019.

Foi gerado o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas da Administração Direta envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes da conta de [Bens Não Localizados](#).



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

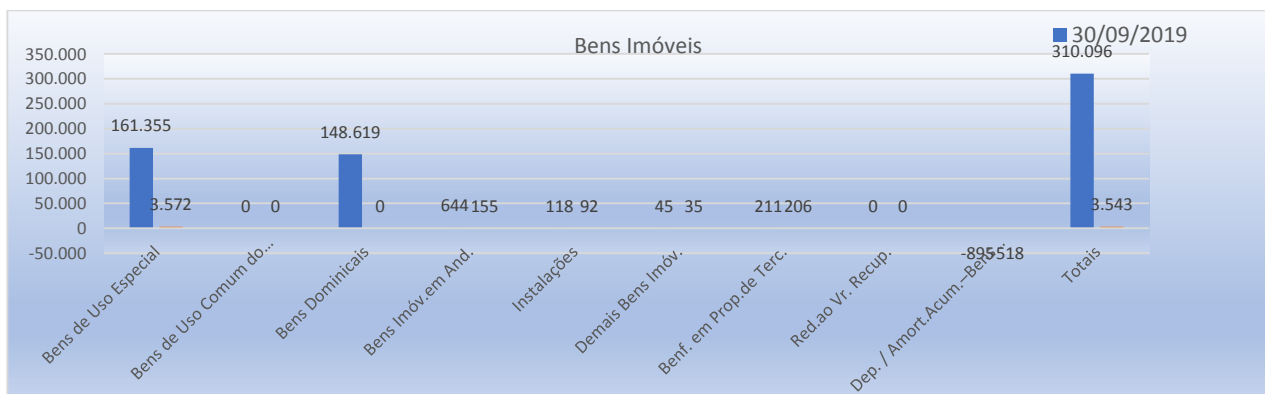
Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/09/2019 totalizavam R\$ 310.096 (trezentos e dez bilhões e noventa e seis milhões de reais), líquidos de depreciação/amortização e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01 – Bens Imóveis – Composição.

Bens Imóveis – Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH(%)
Bens de Uso Especial	161.355	3.572	4.416,80%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	148.619	-	-
Bens Imóveis em Andamento	644	155	315,12%
Instalações	118	92	27,28%
Demais Bens Imóveis	45	35	26,77%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	211	206	2,24%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(895)	(518)	72,72%
Totais	310.096	3.543	8.652,46%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.



De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a 4.416,80% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do 3º Trimestre/2019, perfazendo o montante de R\$ 161.355 (cento e sessenta e um bilhões e trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais) a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideram os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme relação abaixo.

Tabela 02 – Bens de Uso Especial – Composição.

Bens de Uso Especial – Composição	Valores em R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	91.646	191	47.943,22%
Terrenos, Glebas	64.819	189	34.243,13%
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	1	1	-
Edifícios	1.055	938	12,40%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.657	1.603	3,33%
Imóveis Residenciais e Comerciais	117	86	35,99%
Aeropostos, Estações e Aeródromos	1	1	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.769	564	213,91%
Unidade/instalação de Aquicultura/P	291	-	-
Totais	161.355	3.572	4.416,80%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	Valor em 30/09/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	1	1
INCRA	-	-
CONAB	27	28
Total	28	29

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

R\$ milhões

ÓRGÃO	Valor em 30/09/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	-	-
INCRA	-	-
Embrapa	9	8
CONAB	-	-
Total	9	8

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

R\$ milhões

ÓRGÃO	Valor em 30/09/2019	Valor em 31/12/2018
MAPA-Adm. Direta	13	-
Embrapa	-	-
CONAB	478	-
Total	491	-

Fonte: SIAFI2019

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Em níveis do MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Link data S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

Quanto ao Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos foi providenciado o registro da conta de REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO:

R\$ milhões

UNIDADE GESTORA	VALOR R\$
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	15
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	-
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	-
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	2
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	2
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM	2
LABORATORIO NACINAL AGROCECUARIO DO PARA	1
TOTAL	23



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

- A) A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- B) O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº 21003.000660/2018-78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.
- C) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores – Imobilizado

Órgão	NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	Movimento R\$ mil
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO		123110101	-11,58
		123110102	-97,40
		123110103	-113,33
		123110105	-18,86
		123110106	-0,33
		123110107	-87,85
		123110108	-41,69
		123110109	-18,86
		123110120	-10,50
		123110125	-159,57
		123110201	-718,09
		123110301	-117,40
		123110302	-93,83
		123110303	-189,12
		123110405	-122,00
		123119909	-29,91
	123119910	-29,91	
	123810100	-633,71	
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA		123110101	-103,48
		123110103	166,64
		123110107	-46,49
		123110109	-7,33
		123110120	-2,11
		123110121	-12,05
		123110201	-64,58
		123110301	-111,36
		123110405	-55,30
		123110501	6,30
		123110702	-74,84
		123111000	2,20
		123810100	2837,39
		123110101	342,69
		123110102	0,32
		123110103	261,29
		123110106	1,80
		123110107	52,05
		123110109	48,40
		123110120	309,63
		123110201	58,96
		123110301	51,08
		123110303	4,24
	123110405	48,40	
	123110702	-0,23	

* Esta tabela foi gerada em R\$ mil e não em R\$ milhões a fim de que os valores não fossem "perdidos", visto que entendemos ser relevante o destaque desses ajustes no Imobilizado.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.5) Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis a título gratuito a serem avaliados.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, **mas o Mapa até a presente data não procedeu ao teste de recuperabilidade e não avalia anualmente se a vida útil indefinida é justificável.**

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/09/2019, o Mapa apresentou um saldo de R\$ () relacionados ao intangível, líquidos de amortização mais os softwares não localizados.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

Tabela 01 – Intangível – Composição.

Intangível – Composição	R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	95	57	66,05%
Software com Vida Útil Indefinida	6	2	284,81%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(47)	(40)	18,18%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	-	1	-
Total	54	20	191,83%

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Tabela 02 – Adições e Baixas no Intangível – Por Órgão – até este Trimestre.

Órgão	Conta Contábil	R\$ Milhões	
		Adições	Baixas
SEAD	124110101 = SOFTWARES	0,00	19,00
	124110101 = SOFTWARES	19,09	0,02
MIN.AGRICULTURA	124110201 = SOFTWARES	4,75	0,68
	124110202 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00
EMBRAPA	124110101 = SOFTWARES	11,32	5,91
CONAB	124110101 = SOFTWARES	0,47	0,47
SFB	124110101 = SOFTWARES	2,59	2,59
	124110102 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	(1,00)	0,00
	124110202 = SOFTWARES EM FASE DE DESENVOLVIMENTO	0,55	0,37

Fonte: SIAFI2019, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Mas o Mapa não realizou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, pois não dispõe de servidores especializados e qualificados para avaliar a imparidade (*impairment*) dos ativos.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Tabela 03 – Ajustes de Exercícios Anteriores no Intangível

R\$ mil

Órgão	NL - Classificação Contábil 1	NS - Classificação Contábil 1	Movimento R\$ mil
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA		124110101	1,71
		124810100	58,10

Fonte: Tesouro Gerencial



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

6.6) Nota nº 006 – Investimentos

(Por: Débora Teles Moreira de Matos – DAC/CCONT)

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

Participações Permanentes

Tabela 01 – Investimentos – Composição.

Investimentos	R\$ Milhões		
	30/09/2019	31/12/2018	AH (%)
PARTICIP AVALIAD POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	-	-	-
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO MEP - ESTADO	2	2	-
REDUCAO VALOR RECUV INVEST - PARTICIP PERMAN	(21)	(1)	-
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO	34	35	-0,55%
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS PERMANENTES	2	2	-
Total	17	37	-54,02%

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente.

O significativo aumento de 2.000,00% na Redução ao Valor Recuperável de Investimentos foi em consequência do registro na CONAB neste trimestre do valor de R\$ 20 milhões relativo a provisão de perdas dos investimentos com a CASEMG Em Liquidação e com a CESA, também, Em Liquidação.

Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

Tabela 1 – Participações Permanentes – Composição por investimento

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento	% de Participação da Embrapa	R\$ milhares	
				Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2018	Resultado do Exercício 2018
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA ⁽¹⁾	Agricultura	631.059,00	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB ⁽²⁾	Agricultura	1.855.377,90	45,00	4.123.062	358.826
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-22.552.236	-8.815.244
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	55.267.391	2.883.681
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-4.590.895	(1.571.170)

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas,

(1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação e

(2) Demonstração apresentada do ano de 2018-EMBRAPA

Tabela 02 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes

Entidade	Valores em R\$ Milhões					
	Saldo em 31/12/2018	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/09/2019.
EMEPA/PB	1.694	0	161	0	0	1.855
EMPARN ⁽¹⁾	727	0	0	0	0	727
Total	2.421	0	161	0	0	2.582

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas. *Valores não consolidados (EMBRAPA)

A equivalência patrimonial da EMEPA/PB, foi registrada com base no balanço apurado de 31/12/2018. Em 2019, foi realizado o registro de R\$ 161 milhões, para fins de atualização do valor da participação da Embrapa nesta empresa, referente ao lucro apresentado no ano de 2018.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A EMPARN apresentou as demonstrações contábeis de 2018, um prejuízo no exercício de R\$ 1.571.170,00, portanto, permaneceu o registro da participação acionária e da provisão para perdas prováveis no valor de R\$ 726.984,37.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social. Os investimentos que não têm influência significativa são avaliados pela sistemática do custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/1995, conforme legislação pertinente.

A EMBRAPA no mês de junho efetuou a baixa da participação societária da Empaer/MT em face à sua transformação de sociedade anônima para empresa pública estadual - unipessoal. Decisão Consad, conforme Ata 119ª de 10/07/2013 anexa ao Processo Sei 21148.004734/2019-81 Despacho SGE/SIC nº 2438601 e Memo. 0038/2019 (anexo ii).

Os investimentos da EMBRAPA na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las.

Os demais investimentos da EMBRAPA representam 6,44% no valor de R\$ 500.382,27, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVSPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela 3 - Composição das ações investimento

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	32,89	657,80	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	0,95	4.317,75	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	1,43	4.703,27	BB	135046
CONTAX	200	EO	11,21	2.242,00	Itaú	135046
CONTAX	200	EP	0,01	10,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	54,94	10.273,78	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	54,94	7.526,78	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	125	PN	54,94	6.867,50	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	18	PN	54,94	988,92	Bradesco	135035
TELEFONICA BRASIL	12	ON	44,72	536,64	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	11,91	619,32	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	11,91	3.715,92	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	44,72	131.566,24	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	54,94	194.872,18	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	11,91	56.155,65	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	114,00	16.188,00	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	36,05	4037,60	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	44,72	24.774,88	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	11,91	6.228,93	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	114,00	3.078,00	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	54,94	11.427,52	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	11,91	7.932,06	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	11,91	1.238,64	Bradesco	135046
CPFL ENERGIA S/A	12	ON	32,89	394,68	Bradesco	135046
Total				500.382,27		

Fonte: EMBRAPA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Tabela 4 - Mutações dos Investimentos – Participações Permanentes (decrecidas da Redução ao Valor Recuperável)

R\$ 1,00

EMPRESA	Saldo em 31/12/2018	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/09/2019
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	3.856,16	-	-	-	-	3.856,16
BANCO DA AMAZONIA SA	137.559,31	-	-	-	-	137.559,31
RIBEIRO CORDEIRO INDUSTRIA E COMERCIO S A	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09
FRIGORIFICO VALE DO TOCANTINS S A	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	81.444,72	-	-	-	-	81.444,72
VICUNHA TEXTIL S/A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
AGRICOLA VALE DO MANGEREBA LTDA	35.304,54	-	-	-	-	0,00
PRIMEINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A	70.161,00	-	-	-	-	70.161,00
CICANORTE INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS S/A	8.411,24	-	-	-	-	0,00
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DE MG CASEMG	13.791.215,87	-	-	-	-	1.804.561,24
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO S/A	840,02	-	-	-	-	840,02
MORADA DO SOL PARTICIPACOES S/A	34.694,02	-	-	-	-	34.694,02
LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.	12.584,40	-	-	-	-	12.584,40
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOTOS E ARMAZENS GERAIS	962.333,73	-	-	-	-	962.333,73
ALGAR TELECOM S/A	48.568,00	-	-	-	-	48.568,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	840,03	-	-	-	-	840,03
CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66
MULTILOG S/A	11.163,26	-	-	-	-	11.163,26
COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIACAO	4.555,46	-	-	-	-	4.555,46
PBG S/A	4.449,15	-	-	-	-	4.449,15
REFINADORA CATARINENSE SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	8.214.743,55	-	-	-	-	80.825,36
TOTAL	27.777.887,19	-	-	-	-	7.613.598,59

Fonte: CONAB



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

7. Referências

Bibliográficas:

- 1) Demonstrações Contábeis da União – BGU
- 2) IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade
- 3) IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar
- 4) IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência
- 5) IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP
- 6) IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial
- 7) IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais
- 8) IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro
- 9) IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário
- 10) IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 11) IPC 11 – Contabilização de Retenções
- 12) IPC 12 – Contabilização de Transferências de Bens Móveis e Imóveis
- 13) Manual de Informações de Custos do Governo Federal – 1ª Edição - 2018
- 14) Manual do Portal de Custos do Governo Federal – 2017
- 15) MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição – Válido a partir de 2019
- 16) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Estendido
- 17) PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2019 – Federação

Sítios:

- 1) www.tesouro.fazenda.gov.br
- 2) [www.tesourotransparente.gov.br > balanço-geral-da-uniao-bgu-trimestral](http://www.tesourotransparente.gov.br/balanco-geral-da-uniao-bgu-trimestral)
- 3) https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=categories&id=721&Itemid=700
- 4) www.agricultura.gov.br
- 5) portal.tcu.gov.br
- 6) portal.in.gov.br
- 7) www.cfc.org.br
- 8) www.crcdf.org.br